



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de **GÁS GLP acondicionado em botijões P13KG e P45KG** para atender às necessidades das Secretarias de Licitações e Planejamento, Serviços e Equipamentos Públicos, Infraestrutura e Obras e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 Requisitante:

Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento / Serviços e Equipamentos Públicos / Infraestrutura e Obras / Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

1.3 Fundamentação legal:

Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 3º, incisos III e V do Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023 ou até que sobrevenha regulamentação municipal.

1.4 Período:

1 (um) ano

1.5 Tipo:

Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/2021, art 33, inciso I.

1.6 Aquisição de **GÁS GLP acondicionado em botijões P13KG e P45KG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD
01	Gás GLP acondicionado em botijões de 13 kg	461517	UN	164
02	Gás GLP acondicionado em botijões de 45 kg	461515	UN	180

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 29 de setembro de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, tendo em vista que se trata de uma necessidade constante, utilizada frequentemente pelas secretarias, sendo a vigência anual mais vantajosa para a Administração, com possibilidade de prorrogação, conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 O fornecimento deste bem é enquadrado como continuado, repita-se, tendo em vista que a interrupção causaria danos à Administração Pública, como exposto no Estudo Técnico Preliminar.



2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 As Secretarias envolvidas neste processo têm em comum a necessidade de preparação de alimentos, consequentemente utilizando algum tipo de combustível para tal atividade.

2.3 A Secretaria de Licitações e Planejamento atenderá os seguintes setores: Subprefeitura de Conselheiro Paulino, Subprefeitura de Olaria, Cônego e Cascatinha, Subprefeitura de Campo do Coelho (pertencentes a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Regional), Oficina da PMNF e Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, que utilizam o objeto pretendido com a finalidade de preparar o café da manhã de seus servidores.

2.4 A Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos é responsável pelo Restaurante Popular, que prepara diariamente o café da manhã oferecido aos servidores braçais e o almoço servido à população em geral.

2.5 A Secretaria de Infraestrutura e Obras, por sua vez, atenderá as demandas no que tange o preparo de café de seus trabalhadores e os das administrações dos bairros Amparo, Mury, São Geraldo, Riograndina e Usina de Asfalto.

2.6 A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos atende vários setores que compõem a rede de proteção social básica e especial, através de seus equipamentos: quatro CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREM (Centro de Atendimento à Mulher), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Abrigo Provisório e CAIVS (Casa de Acolhimento Vila Sorriso). Os dois últimos citados são de alta complexidade e abrigam, respectivamente, pessoas em situação de rua e crianças e adolescentes vítimas de violência. Os mesmos preparam diariamente todas as refeições dos seus atendidos e/ou acolhidos.

2.7 Em Novembro/2024 as Secretarias preencheram um formulário do Google, bem como o Documento de Formulação da Demanda (DFD - Anexo I) de suas respectivas secretarias, no qual informaram e justificaram suas demandas, indicaram programa de trabalho e fonte de recurso para a elaboração dos anexos pertinentes. Após, esta Secretaria consolidou tais informações no Estudo Técnico Preliminar.

2.8 Por força da Lei Complementar Municipal n.º 172/2025, de 10 de janeiro de 2025, que alterou a Estrutura Administrativa do Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística foi extinta dando lugar à Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento. As demais secretarias envolvidas neste procedimento seguiram o mesmo destino, são elas: a de Obras, que deu lugar à Secretaria de Infraestrutura e Obras; a de Serviços Públicos, à Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos; a de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; já as Subprefeituras e administrações de bairro, foram agregadas à estrutura de uma nova secretaria, a de Desenvolvimento Regional.

2.9 Novos Anexos e demais documentos foram elaborados a partir das atuais disposições legais a fim de promovermos o regular prosseguimento. Em tempo, considerando o fim da vigência da atual ata de registro de preço, em 21 de março do corrente, e considerando que algumas das novas secretarias não dispõem de orçamento disponível para tal aquisição, a estruturação do processo permanecerá a mesma.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A aquisição se dará através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 3º, incisos III e V do Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31 de março de 2023).

3.2 Os bens serão adquiridos por meio de um registro de preços, posto que o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame, com 1 (um) ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital, uma vez não ser possível precisar com exatidão a quantidade a ser utilizada no período pretendido.

3.3 A opção de adquirir o produto em tela, via Sistema de Registro de Preços, baseia-se no Art.3º, incisos III e V do Decreto Federal nº 11.462/2023, onde se lê:



Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pela CONTRATADA com utilização de mecanismos de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

4.1.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;

4.1.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.3 Assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços;

4.1.4 Seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais, obtendo maior eficiência na utilização de recursos naturais tais como água e energia.

4.1.5 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 O gás GLP deverá ser entregue acondicionado em botijões P13 e P45 KG. Os recipientes de armazenamento de gás devem ser feitos de aço e devem suportar altas pressões.

4.5 Os botijões de gás devem ser fabricados seguindo as instruções das normas técnicas e passar pelo teste de controle de qualidade (cita-se a NBR 8460 e a NBR 8865).

4.6 As entregas serão de acordo com a solicitação de cada setor, uma vez que trata-se de produto inflamável e sua estocagem e armazenamento precisam ser feitos de acordo com a legislação vigente.

4.7 A empresa fornecedora deverá estar devidamente registrada na ANP e demais órgãos pertinentes ao fornecimento de GÁS GLP.

4.8 O quantitativo solicitado será distribuído da seguinte maneira:



<u>BOTIJÕES P13 kg</u>	<u>BOTIJÕES P45 kg</u>
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO: 50	---
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: 60	SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: 120
INFRAESTRUTURA E OBRAS: 30	---
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: 24	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: 60
TOTAL: 164 UNIDADES	TOTAL: 180 UNIDADES

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega é de 01 (um) dia útil, contado do dia da solicitação de cada setor.

5.2 Caso não seja possível a entrega do produto na data assinalada, a empresa deverá comunicar imediatamente as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação da proposta, ou seja, a CONTRATADA deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora aprovado. O não cumprimento desde subitem, permitirá por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.4 O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelas unidades requisitantes, nos prazos de entrega abaixo descritos, contados do recebimento da solicitação de cada setor, nos seguintes endereços:

5.4.1 Os botijões da **Secretaria de Licitações e Planejamento** serão entregues em no máximo 1 (um) dia após a solicitação dos setores, das 9h às 16h, nos seguintes endereços:

Subprefeitura de Conselheiro Paulino	Rua Pacheco do Almo, s/nº Prado
Subprefeitura de Olaria	Avenida Júlio Antônio Thurler, nº 93 - Olaria
Administração do Cônego/ Cascatinha	Rua Barão de Lucena, s/nº - Cônego
Subsecretaria de Recursos Humanos	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Oficina da Prefeitura	Rua Zilda Salarine, nº 38 - Prado
Subprefeitura de Campo do Coelho	Rua Jones Mendes Muniz, s/nº - Pq dos Pinheiros - Campo do Coelho
Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico	Av. Alberto Braune, 223 – Centro



5.4.2 Os botijões pertencentes à **Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos**, no máximo em 1 (um) dia após a solicitação dos setores, das 9h às 16h, nos seguintes endereços:

Cemitério São João Batista	Rua Modesto de Mello , nº 2 - Centro
Restaurante Popular	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Secretaria de Proteção e Defesa Civil	Av. Alberto Braune, 223 – Centro
Secretaria de Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Zeladoria	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Secretaria de Segurança e Ordem Pública Secretaria de Mobilidade e Urbanismo	Rua Vicente Sobrinho, nº 80 - Olaria
Secretaria Municipal de Turismo	Av. Alberto Braune, 224 – Centro
Secretaria Municipal de Cultura	Rua Farinha Filho nº 50 - Centro
Tiro de Guerra	Rua Salusse, nº 754 - Centro

5.4.3 Os botijões pertencentes à **Secretaria de Infraestrutura e Obras** serão entregues no máximo em 1 (um) dia após solicitação dos setores, das 9h às 16h, nos seguintes endereços:

Secretaria de Infraestrutura e Obras	Av. Alberto Braune, 225 – Centro
Administração de São Geraldo	Rua Benedito Feliciano da Costa, nº 594 - São Geraldo
Administração de Mury	RJ 116, km 72 - Mury
Administração de Amparo	Rua Antônio Lugon, nº 28 - Amparo
Administração de Riograndina	Praça Nossa Senhora do Rosário - Riograndina
Usina de Asfalto	RJ 150, S/nº - Chácara do Paraíso
Subprefeitura de São Pedro da Serra	Rua Guilherme Henrique Spitz, s/nº - Lumiar

5.4.4 Para a **Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos** o fornecimento deverá ser efetuado em no máximo 1 (um) dia após solicitação dos setores, das 9h às 16h, nos endereços abaixo:



CREAS	Rua Carlos Magno do Valle nº 26, Centro
Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso - CAIVS	Rua Itajubá s/ n,º Cônego/ Vargem Grande
Centro de Referência da Mulher - CREM e Centro de Cidadania LGBTI - CCLGBT	Avenida Alberto Braune, nº 223, Centro
CRAS Centro	Rua Mac Niven, nº 04, Centro
CRAS Olaria	Avenida Júlio Antônio Thurler, nº 430, Olaria
CRAS Conselheiro Paulino	Rua Antenor Fernandes Souza, nº 06, Conselheiro Paulino
CRAS Campo do Coelho	Rua Antônio Mário de Azevedo, nº 13156, Campo do Coelho
Abrigo Provisório	Alameda Visconde de Taunay, 278 - Parque São Clemente

5.5 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão designados posteriormente pela autoridade requisitante, antes da execução do objeto, através de publicação de Ordem de Serviço.

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para providências cabíveis (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e a fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6 A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

6.11 O fiscal designado pela CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.12 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.13 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.14 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.14.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.14.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à CONTRATADA;



6.14.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.14.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 As notas fiscais referentes às solicitações das SECRETARIAS DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS e INFRAESTRUTURA E OBRAS deverão ser emitidas em nome do:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001

7.2 As notas fiscais referentes às solicitações da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS deverão ser emitidas em nome do:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 07.293.841/0001-83
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224 - SALA 214, CENTRO
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência aos Decretos

I - 2480 de 30 de outubro de 2023.

II - 2493 de 07 de novembro de 2023.

III - 3116 de 18 de setembro de 2024.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023, 2493/2023 de 07 de novembro de 2023 e 3116 de 18 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite ao CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive reter



o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese art. 33, inciso I, c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a mesma documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:



8.12.1 Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra



equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico - Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos



pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.3 Registro ou Inscrição junto à Agência Nacional de Petróleo – ANP, autorizando o exercício da atividade de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 709, de 14/11/2017, da ANP – Agência Nacional de Petróleo e/ou Autorização fornecida pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) para o exercício da atividade de Revenda, conforme exigência do art. 3º da Resolução nº 51, de 30/11/2016 – ANP (Agência Nacional de Petróleo), caso o licitante não seja distribuidor.

8.15.4 - Licença de Operação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;

8.15.5 - Cadastro ativo na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis);

8.15.6 - Certificado de Autorização de Ponto de Revenda ANP;

8.15.7 - Certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros Militar;

8.15.8 - Autorização da ANP para transporte de botijões de gás em caminhões, picapes abertas com proteção lateral e traseira e motos com sidecar.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da CONTRATADA:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



- b)** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quando da entrega do produto;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g)** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h)** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** Estender aos contratos objeto da Ata os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados pelos seus prepostos à Administração ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas pertinentes à execução do objeto contratado, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou transporte, constatados visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a CONTRATANTE por todo o período de contratação, comunicando, imediatamente, o CONTRATANTE em caso de alteração.

9.2 Da CONTRATANTE:

- a)** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada aos objetos entregues;
- b)** Efetuar o pagamento da CONTRATADA de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c)** Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d)** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela CONTRATADA fora das especificações do contrato;
- e)** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f)** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g)** Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h)** Demais condições constantes do edital de licitação.



10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021.

10.1.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

10.1.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, observando a gravidade das faltas cometidas e garantida a prévia defesa, aplicar à empresa as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



10.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

10.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 90.663,88 (noventa mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO	51002.0412200012.002	172000000017	3.3.90.30-23
SECRETARIA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	52001.0412200012.002	172000000017	3.3.90.30-23
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	53001.0412200012.002	170500000020	3.3.90.30-23
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	36001.082.440094.2242 36001.082.440094.2238 36001.082.440093.2232	1600/1661/1500	3.3.90.30-23

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.



13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção das Secretarias de Licitações e Planejamento, Serviços e Equipamentos Públicos, Infraestrutura e Obras e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Nova Friburgo, 28 de março de 2025 .

Apoio Técnico:

Licitações e Planejamento: Izabela Silveira Lengruber Matr.: 115.232	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos: Edilene Gorte Torres Laett Matr.: 063.360
Serviços e Equipamentos Públicos: Isadora Mello Magliano matr: 301.294	Infraestrutura e Obras: Simone de Oliveira Matr.: 063.561

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Aline Oliveira de Bustamante Secretária de Licitações e Planejamento Matr.: 199.104	Yuri Guimarães Felisberto Bezerra Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Matr.:100.518
José Sebastião Rabello Secretário de Serviços e Equipamentos Públicos Matr.: 063.664	Bernardo Coelho Verly Secretário de Infraestrutura e ObrasMatr.: 062.009